1941

Separata do BOLETIM DO INSTITUTO DE CRIMINOLOGIA DE LISBOA

S.C. 12448 2 V.

Cadeia de Belém

(NOTAS DE INVESTIGAÇÃO PRISIONAL)

POR

Tude M. de Sousa

DIRECTOR DA COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA

1941
Tip. da Cadeia Penitenciária
LISBOA

DEP. LEG.

Separata do BOLETIM DO INSTITUTO DE CRIMINOLOGIA DE LISBOA

S. C. 12448 2 V.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

148619

Cadeia de Belém

(NOTAS DE INVESTIGAÇÃO PRISIONAL)

POR

Tude M. de Sousa

DIRECTOR DA COLÓNIA PENAL AGRÍCOLA DE SINTRA

1941

Tip. da Cadeia Penitenciária

LISBOA

Cadeia de Belém

CADEIA DE BELEM

(Notas de Investigação Prisional)

Porque os sítios da Ajuda e arredores não tivessem sido atingidos pelo terremoto de 1755, mal por alí sentido, logo para lá se encaminhou a farta corrente de fugitivos, que, no trágico salve-se quem poder da capital, procurava refúgio que se lhe afigurasse seguro.

Por alí foram instalar-se como puderam, melhor ou pior, em abarracamentos de madeira levantados de propósito, a família real e a patriarcal, bem como nobres e ricaços que o podiam fazer.

Naqueles tempos a Ajuda e seu têrmo pouco tinham ainda adiantado, a-pesarda velha corrente de devoção estabelecida, principalmente desde que, no século XVI, a raínha D. Catarina, mulher de D. João III, se lhe afeiçoara, freqüentado e enriquecendo a capela de Nossa Sonhora da Ajuda, mais tarde séde da freguesia que houve de ser criada. (1)

Foi, no entanto, alastrado o aumento de construções, mas não tanto, ainda assim, que o Padre Carvalho da Costa

---

(1) — No livro «*Lisboa Ocidental*», por Alberto Meyreles (Lisboa — 1939) diz-se, na pág. 33, que a freguesia da Ajuda, que alguns dão como fundada em 1447, só aparece mencionada em 1742. Isto não é, porém, assim, porque entre os muitos volumes de rois de confessados daquela freguesia guardados na Biblioteca da Ajuda, o mais antigo é de 1649, sendo, mesmo, possivel, que outros anteriores tivesse havido e se extraviassem, como aconteceu a muitos que faltam na colecção.

não pudesse dizer, tempos depois, na *Corografia Portuguêsa*, que «adiante da Junqueira fica logo o lugar de Belêm, tão salutífero e aprazivel que dos naturais e estrangeiros é apetecído para habitação; e os que por falta de comodidade o não podiam habitar estão em contínuo concurso freqüentado aquele sítio. Nêle teem casas, quintas nobres, fidalgos das primeiras qualidades do reino e se o terreno permitira mais palacios ou edifícios, viera a ser a cidade continuada até aquele sítio». Iguais louvores, muito mais recuados no tempo, dera já Damião de Gois ao dizer, no século de quinhentos, que em Belém e arredores havia «excelentes casas e pomares de muita e saborosa fruta da melhor que se produzia na redondeza, nos três mil passos que iam de Belém às primeiras casas de Lisboa» (1).

E de Belém foi, da velha praia do Restelo, que no nosso século áureo largaram pelos mares fora as naus portuguesas para as descobertas e conquistas, de lá tendo partido Vasco da Gama antes de empreender a gloriosa viagem à Índia, e por cujo regresso e em acção de graças D. Manuel, o venturoso rei, mandou levantar o sumptuoso convento e templo dos Jerónimos. Bem perto de lá, também, levantaram vôo as asas gloriosas que levaram Gago Coutinho e Sacadura Cabral, para a travessia heroica do Atlântico, a caminho do Brasil.

Bem certa saiu a previsão do Padre Carvalho da Costa, porquanto Belém e vizinhanças não só se desenvolveram, a pontos de a freguesia da Ajuda ter de ser desdobrada em Maio de 1834, criando-se, à sua custa, a de Belém, com séde na igreja dos Jerónimos, como também a cidade de Lisboa foi continuada até lá, nela vindo a ser integradas as duas freguesias.

E' verdade que estas voltaram a sair de Lisboa em 1852, tendo sido, mesmo, Belém, na ocasião, elevado a séde de con-

(1) — Citado por José Dias Sanches, no livro «Belem», a pag. 26.

celho independente; (1) mas isto só durou até Julho de 1885, data em que, pela reforma administrativa do Município de Lisboa, êsse concelho foi extinto e encorporado definitivamente no da capital, (2) donde, de certo não voltará a sair.

Entre as velhas construções do sítio de Belém, cujos maiores acréscimos de povoamento viriam provavelmente dos tempos da elevação do convento dos Jerónimos, deve contar-se o edifício da cadeia, mandado fazer pelo Marquês de Pombal depois do terramoto.

Efectivamente, tendo a cadeia do Limoeiro ficado sériamente arruinada, tornou-se necessário tomar providências imediatas, tanto para segurança dos prêsos que não foram victimas do cataclismo, como para recolher os criminosos a condenar, os quais eram tantos que «se enforcavão às duzias todos os dias, que eram em excessivo numero e nas forcas os deixavão pendurados oito e dez dias para o que se fizerão mais carrascos, que eram Mouros das Gallés», como se diz num velho manuscrito da época reproduzido em «*O terramoto do 1.º de Novembro de 1755*», (3) o qual, referindo-se a medidas adoptadas contra os diversos criminosos, acrescenta: «em sendo sentenciados não havia muitas cerimonias no seu enterro porque morrião assim mesmo como os achavão sem levarem Alva nem muito acompanhamento, a que assistião alguns soldados de cavallo, e se deu logo ordem de fazer a Cadeya Principal em a Praya de Belem e em lugar do tronco se fez outra cadea na rua

(1) — Decreto de 11 de Setembro, — Diário do Govêrno, N.º 218 «Art.º 2.º — A parte do antigo concelho de Lisboa que estava fora dos limites fixados pelo Art.º 1.º deste decreto formará dois concelhos distintos, um ao nascente de Lisboa, que tomará a denominação de concelho dos Olivais, e outro ao poente de Lisboa, que tomará a denominação de Belem».

(2) — «*Diário do Govêano*» N.º 163, de 25 de Julho de 1885.

(3) — Por Francisco Luiz de Sousa — Vol. 3.º — (Lisboa = 1928).

dos Condes, (1) emquanto se não concertou o Limoeiro, que a cadea chamada da cidade ficou inteiramente destruida». (2)

De facto, deve ter-se providênciado logo acerca da cadeia de Belém, porque dos livros de entradas de prêsos na mesma cadeía, ou livros dos assentos dos prêsos como se dizia, guardados no arquivo do Limoeiro, o mais antigo tem por fora, na capa de pergaminho, a seguinte indicação em letra da época, já esbatida pelos tempos: «L.º 1.º—Teve principio este livro em 23 de Fevereiro de 1756—the 27 de Abril de 1758», não tendo, porém têrmos de abertura nem encerramento e sendo de 24 de Abril de 1758 o último registo, sinal de que lhe faltará, pelo menos, uma folha.

Parece-me, desta maneira, poder-se atribuir a 23 de Fevereiro de 1756—e menos de cinco mêses depois do terramoto! (3)—a data da inauguração da Cadeia de Belém com a entrada de cinco prêsos, os quais, por sinal, foram sôltos pouco depois—trez no própio dia, um no dia seguinte e outro em 5 de Maio do mesmo ano—sendo quatro dêles encarcerados à ordem do Juiz Comissário do sítio de Belém, o Dr. José António de Oliveira Machado, desembargador da Casa da Suplicação, que veio a ser mais tarde, «nomeado para escrever nesta diligencia (o processo dos Távoras pelo

(1) — Há ainda, no local, e com entrada pela rua de «Eugénio dos Santos» (antiga rua de Santo Antão) o *Páteo do Tronco*, dentro do qual se encontram diversas moradias.

(2) — Parece que os rigores dos primeiros tempos teriam, em dada altura, afrouxado, porquanto, o mesmo manuscrito diz, noutro passo, que «não obstante este castigo, nem por isso tem havido emenda, antes esta perversa gente metendo-se pelas casas arruinadas, ainda sendo de dia, saem de salto a roubar os que passam pela rua. Cessou aquele castigo perentorio, com o medo do qual havia alguma emenda; como se tornou a processar nos termos antigos, perderam o medo e com o maior atrevimento fazem os maiores insultos»,

(3) — Não é de crer, que em tão pouco tempo fosse construido, inteiramente de novo, um edifício para a cadeia; o mais provavel é que fosse melhorado ou ampliado e adaptado algum edificio já existente, com a urgência que as circunstâncias pediam.

atentado contra D. José)» e Secretário da Suprema Junta da Inconfidencia. (1)

O outro livro que existe depois dêste, é de 24 de Outubro de 1779 a 3 de Janeiro de 1787 e tem escrita na capa de pergaminho, em letra do tempo, a seguinte nota: «Livro 8.º — Teve princípio em 24 de Outubro de 1779 e findou em 3 de Janeiro de 1787», não tendo, tambem, têrmo de abertura nem encerramento, mas tendo na última página, á margem, a indicação de que «Êste L.º q averiguei por ordem do Ill.mo e Ex.mo Conde Pombeiro Regedor das Justiças mostra ter princípio em 24 de Outubro de 1779, e fim em 3 de Janeiro de 1787.

«Conthem cento quarenta e cinco folhas sem rubrica, abertura, ou encerramento, e assim mesmo o entreguei ao Carcereiro actual, q passou recibo, q fica na Relação Lx.ª 3 de Março de 1799. — Como Prom.or da Justiça Francisco Franco Pereira».

Faltam, por consequencia, 6 livros, de Abril de 1758 a Outubro de 1779, e tambem os de Janeiro 1787 a Agosto de 1798, porque, alêm daqueles, ha mais cinco: um, de 7 de Agosto de 1798 a 17 de Março de 1803 (2); outro, de 18 de Março de 1803 a 12 de Fevereiro de 1806 (3); outro,

(1) — Desde a abertura da cadeia e durante muito tempo aparecem registos de entrada de prêsos à ordem de Oliveira Machado, assim como anotações à margem e vários registos assinados por Luiz António de Leyroz, que foi escrivão do Crime do Bairro de Belem e aparece também na organização do processo contra os Távoras.

(2) — «O Dez.or Francisco Franco Pereira, Numere e Rubrique este livro, que ha de servir para se fazerem os assentos dos Prêsos que forem à Cadeia de Belem — Lisboa a 4 de Agosto de 1798 — Reg.or» — Tem 296 fôlhas e têrmo de encerramento de 9 de Agosto de 1798.

(3) — «O Dez.or José Joaquim Borges da Silva numere este livro para servir dos Assentos dos presos da Cadeia de Belem. Lisboa 10 de Fevereiro de 1801. Como Reg.or Seabra» — Tem 307 folhas e termo de encerramento de 12 de Fevereiro de 1801.

ainda, do 9 de Junho de 1812 a 20 de Setembro de 1817 (1); mais um, de 26 de Setembro de 1817 a 3 de Setembro de 1827 (2); e finalmente o último, de 8 de Setembro de 1827 a 28 de Dezembro de 1838 (3); faltando, portanto, um ou ou mais livros, correspondentes ao período de Fevereiro de 1806 a Junho de 1812 (4).

*

Percorrendo os rois dos confessados da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, só no ano de 1764 encontrei as primeiras referências a desobrigas da cadeia, tanto dos prêsos, como do carcereiro e sua família e outras pessoas que lá viviam também (5). Mas não admira que assim fosse, porque, na colec-

(1) — «O Dez.or Joaquim Antonio de Araujo numere e rubrique este livro que ha de servir para lavrar os Assentos dos Presos da Cadeia de Belem. Lisboa 23 de Setembro de 1806 — Reg.or».—Tem 245 fôlhas e têrmo de encerramento de 17 de Outubro de 1806.

(2) — «O Dez.or Luiz de Morais Carvalho numere e rubrique este livro que ha de servir para lavrar os Assentos dos Presos da Cadeia de Belem. Lx.a 7 de Outubro de 1816.—O Reg.or Salter».—Tem 403 fôlhas e têrmo de encerramento de 14 de Outubro de 1816.

(3)—Não tem têrmo de abertura nem de encerramento, faltando-lhe a 1.a fôlha e sendo todas as outras numeradas e rubricadas até 391, que é a última. Só foram, porem, utilisadas 387, por ter sido extinta a cadeia. Como falta a primeira fôlha, é provavel que os primeiros registos sejam de data anterior ao dia 8 acima indicado. No verso da primeira capa ha o seguinte registo: «Em 7 de Abril de 1828 se deu o lugar por acabado (*bonita* forma de se dizer provavelmente, que foi dispensado do serviço) ao D.or José das Neves Barbosa, Corregedor deste Bairro de Belem, e veio servir no seu lugar o D.or Francisco Eleuterio de Faria e Melo, Corregedor para este mesmo Bairro».

(4)—Não vi nunca em algum escrito histórico relativo a Belem qualquer referência aos livros de registos dos prêsos da Cadeia de Belem, nos quais, todavia, é provavel que se encontrem notas que aos investigadores possam interessar. Por êsse motivo aqui fica a notícia da sua existência e do local onde se encontram.

(5)—Era então carcereiro, e foi de-certo o primeiro, Luiz Gomes Castelão, com o qual viviam no edificio da cadeia sua mulher, Maria Vicência da Penha de França; seu filho Arsenio Gomes Castelão; seu cunhado Manuel Caetano; Maria Claudina, assistente; Jacinta Joaqnina; Manuel

ção dos volumes anuais existentes na Biblioteca da Ajuda faltam os dos anos de 1759 a 1763, não aparecendo, contudo, desobrigas na cadeia no ano de 1758, apesar-de os primeiros prêsos terem lá entrado, como já se viu, em 1756 (1).

Rodrigues, assistente, ou guarda chaves da cadeia; Maria Rosa, criada; Manuel Tomé; Rosa Maria, criada; Antónia Maria, viuva; e Tomásia da Encarnação, filha.

Os prêsos desobrigados foram vinte e oito. Êste Castelão, de quem não sei se haverá ainda descendentes, exerceu o cargo até 1797, seguindo-se-lhe seu filho Arsénio, até ao ano de 1821. De 1822 em diante é carcereiro Ermenegildo Gomes Castelão, provavelmente filho do anterior. O jornal *Voz de Belem*, de 2 de Novembro de 1934, num artigo, *Belem de 1860*, refere-se a uma estância de madeiras de Miguel Castelão, neto do primitivo proprietário, que tinha igual nome e era, provavelmente, descendente do primeiro carcereiro —Em 1775 aparece esta distinção das dependências da cadeia e dos prêsos que as ocupavam: *Sala livre*, (D. Vasco de Menezes, Henrique José de Paula, Joaquim José da Silva e mais dois; ao todo 6); *Sala fechada*, (Padre José António e mais cinco); *Enxovia* (*15*).

(1)—Pedro de Azevedo, no Prefácio do livro *O processo dos Tavoras*, lamenta-se da falta dos rois das desobrigas da freguesia da Ajuda, cuja consulta se lhe tornara impossivel para se poder saber qual seria a criadagem ou, como então se dizia, a família, das casas detidas por motivo da conspiração, «em virtude da destruição desses valiosos codices». Já atraz se viu que existem muitos dêles e até com sinais de terem sido bastante consultados, incluindo o de 1758, que foi o ano em que teve lugar o atentado contra D. José. O que, infelizmente, não existe é o livro das entradas de prêsos, naquele ano, na cadeia de Belêm, mas pode, em todo o caso, ver-se, pelo processo do atentado que estiveram lá por tal motivo e em segrêdo (incomunicaveis) António A'lvares Ferreira e seu irmão Manuel, aquêle morador na Rua da Regueira, ao Chafariz de Dentro, e êste, guarda-roupa do Duque de Aveiro, que foram justiçados; João Miguel, criado, também justiçado; José Manuel, estribeiro; Manuel do Nascimento, sota cavalharice; Francisco da Costa, sota cocheiro; António Dias, môço de acompanhar; António Martins, môço de estribeira; todos do serviço do Duque de Aveiro; Mariana Tereza, de 18 anos, môça de camara de suas filhas, a qual, tendo namôro com Salvador José Durão, combinara com êle aparecer-lhe no jardim, depois da meia noite, o que não poude fazer, em virtude de lobrigar alí àquela hora o duque, seu patrão; Braz José, cabo de esquadra da Companhia do Marquês Luiz Bernardo de Távora e confidente dêle e de seu pai, que foi justiçado; José Luiz da Costa Velho, que vivia das suas fazendas e, provavelmente, alguns mais. Do Salvador José Durão, que morava na Rua de S. Jerónimo e foi ouvido no Processo, diz a senteuça de revisão do mesmo «que era naquele tempo um pobre

São pouco numerosas os desobrigas anuais de prêsos que constam dos rois existentes, cujo número mais alto foi de 73 em 1768 e, a seguir, de 65 em 1769, o que parece indicar ser sempre pouco elevada a população prisional, pelo menos nas alturas da quaresma.

De tais rois poucas notas se podem obter para o estudo que nos interessa, porque êles não passam de simples registos de nomes, por arruamentos, apenas havendo a notar-se um ou outro nome soando a pessoa de qualidade, circuns-

---

criado de servir», dizendo-se igualmente que êle recebera 6:000 cruzados pela denuncia do que se havia passado no jardim, na noite do atentado, com referência à Mariana Tereza. Por estas indicações vê se que os prêsos de menor categoria teriam sido todos metidos na cadeia de Belêm, pois, segundo Pedro de Azevedo, «enquanto os fidalgos eram recolhidos nas prisões do Estado, principalmente nos carceres da Quinta do Meio, as senhoras e as crianças eram conduzidas aos mosteiros». Quanto às pessoas das casas fidalgas envolvidas no atentado, constantes do rol das desobrigas do ano de 1758, da freguesia da Ajuda, eram, na Casa de Aveiro,(fs. 99 v.°,) o duque, D. José Mascaranhas; a duqueza, D. Leonor; o Marquês de Gouveia, filho; D. Joana e D. Inácia Mascarenhas. Família: 17 mulheres 15 homens; criados da copa, 8; criados da cozinha, 10; criados de escada a baixo, 5; criados de cavalhariça, 13;—Família dos criados da casa: 18 mulheres 14 homens.—Da casa deAtouguia: o conde; a condessa e D. Luiz António, filho. O Padre Lucas Manuel e 26 criadas e 28 criados. —Casa do Marquês de Távora, pai (Fls. 7, verso): O Marquês, Francisco de Assis e Tavora; a Marquesa, D. Leonor, e José Maria de Távora. Famíliares: 12 mulheres e 24 homens. Relativamente ao Marquês de Tavora, filho, cuja morada é indicada como *Dentro do Pateo de Santo Amaro* (fôlha 64) estão a página e parte do verso em branco, sem nenhum nome escrito. Porque? Por não ter sido feito na altura própria o registo competente e depois ter esquecido? Seja como fôr, é falta única entre todos os rois que consultei. No final do livro *O Processo dos Tavoras* indica Pedro de Azevedo alguns nomes dos famíliares das casas do duque de Aveiro (Palacio de Belem), dos Marquezes de Tavora, páis (Palácio de Alcolena), dos Marquezes de Tavora, filhos (Palácio de Junqueira), condes de Atouguia (Palácio da Junqueira, de madeira). — João Pinto de Carvalho (Tinop), diz a pág. 140 do 3.° vol. da «Lisboa de Outrora» que o «Campo Pequeno, que é limitado ao sul pelo palácio do conde das Galveias, outrora casa de campo dos marqueses de Távora, cuja residência urbana era o palácio actualmente ocupado pelo Museu das Belas-Artes, às janelas Verdes»...».

tância que, aliás, nos não propomos desvendar (1). A mais do que isto, ha nêles as certidões passadas no final de cada um pelo respectivo pároco, nas quais se indica o número de fogos e de pessoas da freguesia. (2)

*

A rua em que a cadeia ficava era, conforme os rois de confessados, a Rua da Praia, ou Rua Direita da Praia, só aparecendo, por volta de 1818, a Travessa da Cadeia e em 1829 a Rua Direita da Cadeia. Mas, mesmo depois, voltou a figurar nos rois a Rua direita da Praia e Rua da Praia de Belem, de forma que não será fácil fixar-se o momento em que as designações da Rua e Travessa da Cadeia ficaram definitivamente assentes, como vieram a ficar, na toponímia de Belém. (3)

A cadeia de Belém parece ter sido extinta em 1838, porquanto no livro de entradas de prêsos, de 8 de Setembro de 1827 e 28 de Dezembro de 1838, ha, nas últimas fôlhas, seis registos de prêsos que teem, à margem, a anotação de «Removido para a Cadeia da Cidade, pela extinção desta

---

(1) — Entre outros e para cujas prisões deve ter andado alguma cousa de política: José de Medeiros e Albuquerque (1765); Francisco Antônio da Ponte; Francisco António Velosó de Sequeira; Dr. Luiz Teixeira de Carvalho Sotto-Mayor (1767); Pedro Correia de Lacerda, Bernardo Pinto de Araújo, Belchior José Vaz de Carvalho, Franciso Xavier da Silveira (1768); Domingos de Sá Sotto-Mayor, Paulo José Pina Cabral, António Joaquim de Magalhães Lobo (1769); D. Gertrudes Luisa de Mascaranhas (1800); etc...

(2) — A freguesia da Ajuda tinha em 1758, 1822 fogos e 9493 pessoas de comunhão e 148 menores, sendo pároco o Padre Henrique Garcia Galhardo. O pároco de 1776 em diante era o Padre Herculano Henrique da Garcia Camilo Galhardo, aparecendo em 1810, como Reitor encomendado, o padre António Sutil, o qual vai, pelo menos, até 1827.

(3) — «*No Itinerario Lisbonense ou Directoria Geral de todas as Ruas, Travessas, Becos, Calçadas, Praças, etc que se compreendem no recinto da cidade de Lisboa*» (Lisboa 1825) diz-se: «*Rua da Cadea*: he o prolongamento da Rua do Caes de Belem para Poente, e termina no Convento dos Religiosos dos Jeronymos». «*Rua do Caes de Belem*: principia na praça

Cadeia, em 1 de Janeiro de 1839», (1) tendo outros, em cujo número se acha incluida D. Francisca da Maia, a quem se refere o último registo do livro, (2) a nota de terem sido sôltos.

Extinta a Cadeia, que destino ou aplicação teve, desde logo, o edifício?

Calculo que êle deixaria de ser prisão dependente do Estado e passaria a ser prisão municipal ou policial, para curtas detenções, talvez até 1857, ficando desde então o edifício sem ocupação definida(3).

Mas seja como fôr, o que é certo é que, o edifício, já arruinado, foi cedido à Câmara Municipal de Belém por lei de 20 de Março de 1875, para no seu local ser construido

---

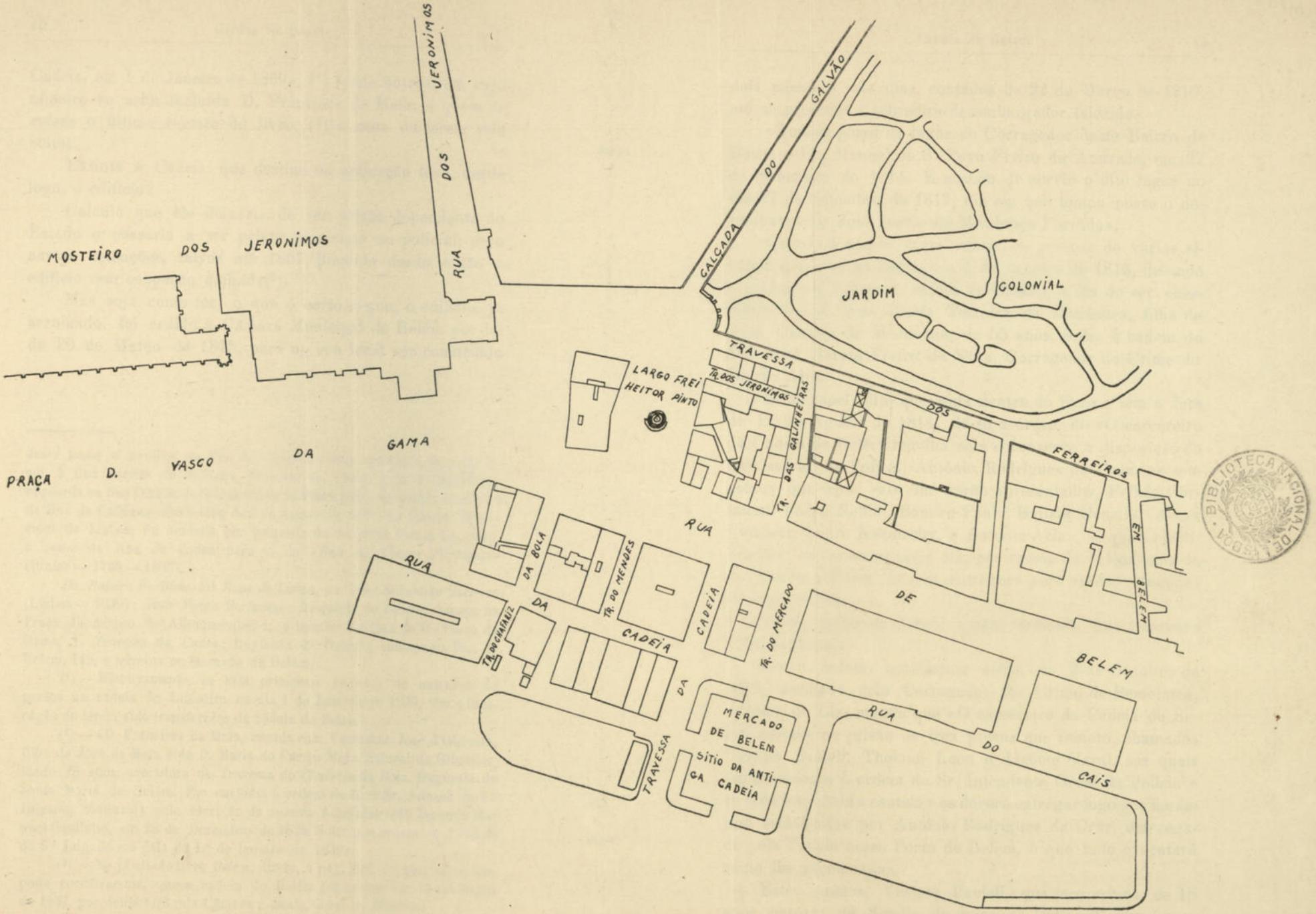
deste nome e termina na Rua da Cadeia, ficando paralela, da parte do sul, à Rua Direita de Belem,» *Travessa da Cadeia*: he a terceira à esquerda na Rua Direita de Belem, vindo da Praça para o Convento e termina na Rua da Cadea».—Em sessão de 3 de Agosto de 1911, da Câmara Municipal de Lisboa, foi mudado, por proposta do vereador Nunes Loureiro, o nome da Rua da Cadea para o de «*Rua do Vieira Portuense*» (Pintor — 1765 — 1805).

Do Roteiro Facilimo das Ruas de Lisboa, por José Sebastião Pacheco (Lisboa — 1939): *Rua Vieira Portuense*: freguesia de Belém, começa na Praça de Afonso de Albuquerque, 1, e termina na Rua de D. Vasco da Gama, 1. *Travessa da Cadea*: freguesia de Belém; começa na Rua de Belém, 119, e termina no Mercado de Belém.

(1) — Efectivamente, os seis primeiros registos de entradas de presos na cadeia do Limoeiro no dia 1 de Janeiro de 1839, têm a indicação de terem sido transferidos da cadeia de Belem.

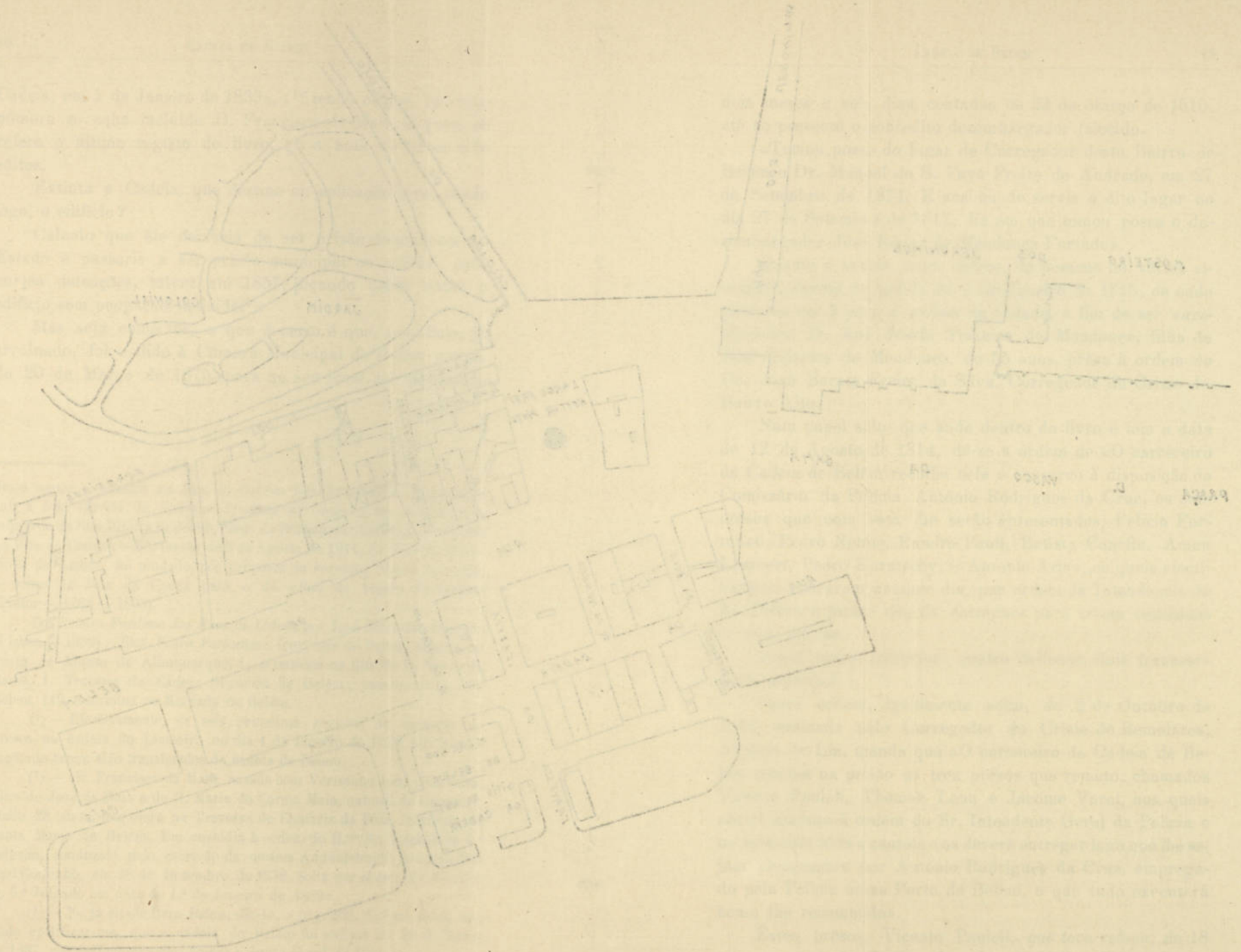
(2) — «D. Francisca da Maia, casada com Verissimo José d'Oliveira, filha de José da Maia e de D. Maria do Carmo Maia, natural de Gibraltar, idade 28 anos, moradora na Travessa do Chafariz da Bola, freguesia de Santa Maria de Belém. Em custodia à ordem do Il.mo Sr. Adm.or do 6.º Julgado, conduzida pelo escrivão da mesma Administração Joaquim Manuel Coutinho, em 28 de Dezembro de 1838. Solta por ordem do Admi.or do 6.º Julgado em data do 1.º de Janeiro de 1839».

(3) — No já citado livro *Belem*, diz-se, a pág. 202, do que, aliás, não pude certificar-me, que a cadeia de Belém foi extinta em 19 de Março de 1857, por deliberação da Câmara e Junta Geral do Distrito.



BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

S.C.
12448||2 v.



um mercado público, (1) como, efectivamente, foi, com inauguração em 29 de Junho de 1882 (2).

Apesar-de a lei de 1875 dizer que o edifício era cedido «para se construir nêle um mercado público», é duvidoso dizer-se que o mercado tivesse sido edificado no próprio chão anteriormente ocupado pela cadeia, porquanto para êle, não só entrou o antigo mercado do peixe, como teria, talvez, havido a expropriação algum de prédio para tal fim conveniente.

E' certo que numa planta da cidade anterior a 1875, ha no sítio onde foi depois mercado, um edifício que poderia ter servido de cadeia e eu fiquei com essa impressão; mas isto não se harmonisa com a tradição e com informações colhidas de, ainda, ha alguns anos, haver alí perto um prédio meio arruinado, de janelas com grades de ferro, do qual se dizia serem restos da antiga cadeia de Belem.

De qualquer maneira, a planta junta indica o local, onde esteve o mercado, parte do qual, com todos os prédios que lhe ficam à esquerda, limitados pela Travessa do Mercado, Travessa da Cadeia e Rua de Belem, foi demolida por motivo da Exposição do Mundo Português, em 1940, desaparecendo mais tarde todo o resto do mercado.

---

(1) — «Art.º 1.º — É cedido à Câmara Municipal de Belém o edificio arruinado que outrora ali serviu de cadeia civil, com todos os seus materiais, para se construir nele um mercado publico de generos alimenticios» (Diário do Govêrno n.º 82, de 14 deAbril de 1875),

(2) — Só em sessão de 17 de Abril de 1877 a Câmara se ocupou da construção do mercado coberto, tendo aprovado o projecto do Condutor das Obras da Câmara, José Joaquim Monteiro da Silva. A primeira pedra foi colocado a 21 de Julho de 1880, na presença da Câmara e várias pessoas de categoria da Vila de Belém. *(Aspectos de Lisboa no sécul XIX, por Francisco Cancio, pág. LXXXII).* — Não vi os pormenores referentes á aprovação do projecto na acta da sessão daquele dia, da qual consta, a respeito do mercado, que «Tendo, em vista do projecto do novo mercado de Belém, de ser expropriado algum prédio confinante com o actual mercado de peixe pelo lado do nascente, tomou-se a deliberação para essas expropriações, a fim de ser presente ao Conselho do Distrito e, aprovado que seja, remetido oportunamente com representação ao Governo para ser decretada a utilidade pública e urgente» — Ainda a êste

Se, pois, rigorosamente, no sítio dêle não esteve a Cadeia, bem perto dali ela teria sido (1).

*

Parece, como já disse, não ter sido nunca de grande movimento a cadeia de Belêm, o que não é de admirar, visto haver além dela as cadeias da Côrte, da Cidade, do Castelo, do Aljube e do Trônco, sem contar com os fortes e prisões militares; ainda assim, anos houve em que por lá passaram algumas centenas (559 homens e 68 mulheres em 1800; 735 homens e 96 mulheres em 1804; 609 homens e 58 mulheres em 1805), raros sendo aqueles em que o número ficou abaixo de cem.

Pelo exame dos livros existentes pouco se pode colher de apreciavel, mas, é de crer que entre tantos prêsos algum teria havido cujo nome fosse merecedor de anotação; isso, porêm, não seria fácil fazê-lo, dado o laconismo dos registos de entradas, os quais pouco fornecem para uma identificação por meio de pormenores que só nos processos respectivos se poderiam encontrar. Dêles nem sequer constam os motivos das prisões, apenas dizendo, além de pouco mais,

---

respeito diz o *Diário de Notícias* n.º 4009, de 11 de Abril de 1877, que o Conselho Municipal reunido com a Câmara de Belém aprovara os projectos das obras e melhoramentos para serem feitos por meio de um emprestimo garantido qelo imposto directo, cujo rendimento era calculado em 6.418$000 reis para aquele ano económico. As obras aprovadas foram: coustrução de ruas no bairro do Calvário, 51.000$000 reis; mercado de generos alimenticios em Belém, 33.000$000 reis. — Na sessão da Câmara, de 28 de Dezembro de 1877, resolvia-se entre outras cousas: «6.º a Câmara entregará gratuitamente ao actual concessionário o actual mercado do peixe com todos os pertences no estado em que se acharem e tambem o páteo e edificio que serviu de cadeia com todos os materiais que alí existirem à data da assinatura do contrato».

(1) — No já citado artigo da *Voz de Belem*, referido a 1860, vem o seguinte: «... A seguir temos a estancia de madeiras de Miguel Castelão, neto do primitivo proprietário, que tambem se chamava Miguel Castelão...

à ordem de quais autoridades elas foram efectuadas e à ordem de quem os prêsos ficavam. (1).

Ainda assim, passando em revista alguns, dêles colherei um ou outro apontamento, para ficar anotado. Assim, do livro de 7 de Agosto de 1798 a 17 de Março de 1803, vê-se que em 26 de Novembro de 1799 entraram na cadeia, à ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, conduzidos pelo oficial das coitadas de Salvaterra de Magos, Manuel Francisco Vasco, os prêsos Joaquim Pereira de Faria, criado de Sua Magestade, com o exercício de picador; António Severino Alves, idem, com o exercício de reposteiro; José Carvalho, idem, com o exercício de cozinheiro; Aquiles de la Rosiére, Capitão e Ajudante do Quartel Mestre General; António José Bernardes, pagem de sobredito capitão, todos prêsos em Pancas e postos em disposição do Marquês Estribeiro-Mór.

Outras prisões de certo destaque apenas aparecem a de Fr. Cristovão de Riolo, Professo da Religião Capucha, barbadinho italiano, filho de António Masante, natural de Bolonha, de idade 50 anos, à ordem do Intendente Geral da Polícia, conduzido pela execução do Dezembargador Corregedor do crime de Alfama, António Correia Picanso, em 15 de Novembro de 1800, e as de Fr. Francisco de Assis, religioso, corista do Carmo, vindo do Porto por ordem do Intendente Geral da Policia, no patacho S.to António das Almas, em 21 de Setembro de 1801; Frei Luiz de Santa Elena, religioso do convento de S. Francisco da Ilha da Madeira,

---

Ao lado da Cadeia havia um barracão que servia de matadouro de suinos. Do lado nascente da Cadeia instalaram a casa da Guarda Municipal, hoje Guarda Nacional Republicana, ao mesmo tempo que ali se aquartelavam praças do regimento n.º 1 de Infantaria da Raínha». — Devo apresentar aqui os meus agradecimento ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, pela sua grande amabilidade em me mandar fornecer a parte da planta da cidade que acompanha êste trabalho.

(1) — Conforme se vê de vários registos, havia prêsos entregues à ordem do Santo Officio, da Intendencia Geral da Policia da Corte e Reino, dos Dezembargadores Corregedores do Crime de vários Bairros, de autoridades militares, etc., etc.

SC 12448//2V.

de 25 anos de idade, em 30 de Setembro de 1802, vindo da Cadeia da Côrte, e Frei António das Dôres, religioso do convento de S. Francisco, pregador e confessor, em 3 de Março de 1803, vindo da cadeia do Castelo, para embarcar para Faro, como embarcou, em 8 de Junho seguinte.

Todas estas prisões, foram, porêm, de curta duração, pelo menos na cadeia de Belem.

Houve mais as prisões de Agostinha Salgada e de sua mãi Isabel Gilarias, viúva de José Salgado Baptista do Prado.

A Agostinha, cómica, natural da Corunha, de 22 anos, moradora na Calçada do Monte, fôra prêsa à ordem do desembargador do Paço, Intendente Geral da Polícia da Côrte e Reino, e entrara na cadeia em 2 de Fevereiro de 1801, conduzida pelo oficial Aleixo Pereira da Costa.

Sua mãi, natural da cidade de Lugo, do reino da Galiza, de 54 anos, moradora a S. José, de Lisboa, «foi prêsa nesta Cadeia, vindo saber de sua filha que aqui existia em segredo chamada Agostinha Salgada, por ordem do Senhor Intendente Geral da Polícia da Côrte e Reino, em 26 de Fevereiro de 1801», tendo sido nesse mesmo dia «entregue para efeito de embarcar»,

Porque estava *em segredo* a cómica Agostinha Salgada?

Porque foi prêsa sua mãi quando fôra à cadeia saber dela, e a seguir entregue «para efeito de embarcar?

*

No verso da fôlha onde está escrita a Portaria a dar comissão para a numeração e rubrica das fôlhas do livro de 9 de Junho de 1812 a 20 de Setembro de 1817, há umas notas, certamente postas pelo funcionário que tinha a seu cargo o mesmo livro, dizendo o seguinte «Faleceu o Desembargador Corregedor deste Bairro de Belêm no dia 28 de Maio de 1814, Francisco Tavares de Almeida, e ficou interinamente servindo o lugar o Dr. Juiz do Crime de Mocambo Francisco Xavier de Assis, tendo de serviço quatro anos,

dois meses e seis dias, contados de 22 de Março de 1810, até ao presente o sobredito dezembargador falecido.

«Tomou posse do lugar de Corregedor deste Bairro de Belêm o Dr. Manuel de S. Payo Freire de Andrade, em 27 de Setembro de 1814. E acabou de servir o dito lugar no dia 27 de Setembro de 1817, dia em que tomou posse o dezembargador Jose Inacio de Mendonça Furtado».

Quanto a nomes, entre outros, de pessoas de várias situações, entrou na cadeia em 1 de Janeiro de 1815, de onde transitou em 3 para a cadeia da Cidade, a fim de ser «*averiguada*», D. Ana Josefa Teixeira de Mendonça, filha de José Teixeira de Mendonça, de 55 anos, prêsa à ordem do Dr. José Barata Freire da Silva, Corregedor do Crime do Bairro Alto.

Num papel sôlto que anda dentro do livro e tem a data de 12 de Agosto de 1814, dá-se a ordem de «O carcereiro da Cadeia de Belêm recolha nela e conserve à disposição do Comissário da Polícia António Rodrigues da Cruz, os sete prêsos que com esta lhe serão apresentados, Felicio Fortunati, Pedro Nobile, Ramiro Pauli, Batista Canella, Amon Lambert, Pedro Karatschy, e Antonio Aria», os quais efectivamente entraram naquele dia, por ordem da Intendencia da da Polícia e foram depois entregues para serem remetidos às suas pátrias.

Eram todos militares: quatro italianos, dois franceses e um espanhol.

Outra ordem, igualmente solta, de 2 de Outubro de 1812, assinada pelo Corregedor do Crime de Remolares, António de Liz, manda que «O carcereiro da Cadeia de Belem recolha na prisão os trez presos que remeto, chamados Vicente Pauleli, Thomaz Leon e Jacome Varal, aos quais abrirá assento à ordem do Sr. Intendente Geral da Polícia e os terá com tôda a cautela e os deverá entregar logo que lhe sejam reclamados por António Rodrigues da Cruz, empregado pela Polícia nesse Porto de Belem, o que tudo executará como lhe recomendo».

Êstes prêsos, Vicente Pauleli, *que toca rebeca*, de 18 anos, natural de Sezilia, do reino da Italia; Tomaz Leon,

que toca harpa, de 28 anos, da mesma naturalidade, e Jacome Varal, *que toca harpa*, de 24 anos, igualmente da mesma terra, entraram à ordem da Intendencia Geral da Polícia da Côrte e Reino para serem entregues, conforme diz o registo respectivo, ao Comissario da Policia no Pôrto de Belêm, a fim de os fazer embarcar, como veio a suceder (1).

*

Percorrido o livro de 26 de Setembro de 1817 a 3 de Setembro de 1827, encontra-se, logo de entrada, no verso da fôlha em que está lançado o despacho para a numeração e rubrica das fôlhas, a seguinte curiosa nota: «Veio Candida Rosa depositada para esta Casa por ordem do Dezembargador Corregedor deste Bairro de Belem José Inacio de Mendonça Furtado, em 25 de Abril de 1818. E foi entregue a Ana Maria, mulher de João San João, musico do batalhão de Caçadores n.º 5, para se ir receber a esta freguesia com Lazaro de tal, musico do mesmo batalhão, em 24 de Maio de 1818, por ordem do Ministro que fica nesta casa».

E mais: « Fica suspenso êste Ministro no dia 23 de Março de 1819, e entrou na serventia deste Bairro o Dr. José Pereira Palha de Faria Guião, actual Corregedor do Crime do Bairro Alto, no impedimento do Dezembargador Jose Inacio de Mendonça Furtado, actual Corregedor deste Bairro, desde 27 de Setembro de 1817, dia em que tinha tomado posse.

Não faltam neste livro registos de presos de certa situa-

(1) — Pinto de Carvalho (Tinop) conta em *Lisboa doutros Tempos*, vol. 1.º, pág. 178, (Lx.ª 1898), ter sido metido na Cadeia de Belem em 1813, o pintor José Victoriano, de 19 anos de idade, por ter sido o autor de uma estampa a côres que apareceu à venda e «por meio da qual pretendia comentar o procedimento da autoridade que fizera remover uma imagem de Santo Antônio, que se expunha em casa do pintor Luiz Pereira, às Pedreiras de Alcântara», para quem a referida imagem era uma boa fonte de rendimentos e que também foi preso. «A gravura é uma *charje* grosseira, onde aparecem quatro sol lados da Polícia, o alcaide arrancando a imagem, o cabo de vigia com seu chapeu armado, e um galego».

ção social, como médicos (António Luiz Leite, major graduado, cirurgião-mor de brigada da Divisão dos Voluntários Reais de El-Rei, natural do Porto, à ordem de Sua Magestade Fidelissima, em 23 de Junho de 1824); militares (João Venâncio de Castro, major de artilharia n.º 1 à ordem de sua magestade Fidelíssima em 5 de Junho de 1823; Manuel Nicolau de Pontes Athaide, coronel do Estado Maior do Exercito, de 45 anos, em 15 de Junho de 1825); padres (P. e Raimundo Pereira da Cunha, capelão cantor da Santa Igreja Patriarcal); frades Fr. José do Santissimo Nome de Maria, religioso-leigo da Ordem de S. Francisco da Provincia dos Algarves, morador no convento de Vila Verde, na Serra de Montejunto, remetido do real sitio de Queluz); estudantes (Bernardino José de Sena Freitas, menor, filho do conselheiro José Joaquim da Silva Freitas e de D. Maria Benedita Martinelli de Freitas, natural do Rio de Janeiro, de 13 anos, morador em Benfica, prêso por culpas crimes e apresentado por seu pai em 18 de Março de 1822) (1) e outros ainda de todas estas profissões e de outros mais, entre os quais Alexandre José de Morais e Castro, alferes de cavalaria, filho de Francisco Antonio de Morais Souto Maior e Castro, de Vila Flor, em 18 de junho de 1825, todos à ordem da Intendencia Geral da Policia e todos com pouca demora na cadeia.

Outra nota digna de registo: no dia 12 de Setembro de 1825 entraram na Cadeia de Belêm, à ordem da Intendencia Geral da Policia, 11 judeus e mais 3 no dia 15 — ao todo 14 —

(1) — Parece tratar-se do pai do ilustre missionário, escritor e vigoroso polemista, padre José Joaquim de Sena Freitas, nascido em Ponta Delgada a 21 de Julho de 1810 e falecido em 1913. Sua mãi foi D. Maria José de Brito Mascarenhas Veloso e Freitas, de S. Tiago de Tavira (Algarve) Bernardino de Sena Freitas que foi formado em direito, comendador e jornalista, viveu alguns anos em Braga, onde morreu em 17 de Outubro de 1872, tendo publicado várias obras e deixado, manuscritas, as «Memórias de Braga», em cinco volumes, publicados em 1890 pelo erudito professor Pereira Caldas.

Que *horrível* crime teria sido o de Bernardino Sena Freitas, que o próprio pai levou à cadeia?

entre os quais alguns sacerdotes e bastantes com nomes ainda conhecidos.

Porquê tantos judeus prêsos ao mesmo tempo e sôltos pouco tempo depois?

Uma ordem do Regedor Salter, de 21 de Julho de 1818, transcrita nêste livro, manda que o Solicitador da Justiça intime os carcereiros das cadeias da Côrte, Cidade, Castelo e Belém para declararem nos seus livros o hábito dos presos que lhes são entregues, «fazendo as declarações dos vestidos e trajos com que são presos e apresentados, transcrevendo nas certidões que passarem das suas prisões, para constar nos autos de seus livramentos: tomando os mesmos carcereiros uma nota desta Portaria nos seus livros para constar e não haver abusos».

Efectivamente assim se fez durante muito tempo, até que, provàvelmente pela lei do menor esfôrço, se voltou à simplificação dos registos de entrada.

Em todo o caso e para exemplo transcrevem se os seguintes, um, de homem, de 24 de Julho de 1818 — o primeiro depois da ordem —; outro, de mulher, de 30 de Novembro do mesmo ano, e, finalmente, mais um de 1 de Agosto de 1820, interessante por dizer respeito a um criado de farda de uma casa fidalga: «José de Aguiar, cabaseiro, viuvo de Maria Joana, filho de Alexandre de Aguilar, natural de Loulé, Reino do Algarve, de idade 62 anos, morador à Boa-Hora — Tem estatura ordinária, cabelo curto e ruivo, olhos pardos, rosto trigueiro, barba ruiva, véstia branca de ganga velha, colete de chita branca com salpicos pretos, calças de pano azul, compridas, sem meias e com sapatos; declarou não ter ordens algumas como se mostra na cabeça onde não tem sinal algum. — Gertrudes dos Prazeres, casada com João António, filha de Fernando Gaspar e Ana Garcia, natural de Lisboa, freguesia da Pena, idade 48 anos, moradora na Rua das Farinhas, a S. Cristóvão de Lisboa, é de estatura alta e grossa, cabelo preto e comprido, cara redonda, olhos pardos, vestido de chita branca com ramos encarnados, chale branco com ramos azues, capote côr de castanha, meias brancas e sapatos, lenço branco na cabeça. — António Lourenço,

criado de farda do Ex.mo Conde de Rosende, casado com Rosa Maria, filho de outro do mesmo nome já defunto, e de Margarida Rosa, natural de Beiral de Lima, Arcebispado de Braga, de idade 37 anos, morador no Campo de Santa Clara, com seu Amo. E' de estatura alta e sêca, cabelo castanho curto, cara comprida com bexigas, olhos pardos, traz vestido casaco côr de laranja com canhões azuis e gola. Colete de acolchoadinho amarelo, calças azuis, botas, esporas amarelas, chapeu armado e declarou não ter ordens algumas. Preso à ordem do Dr. José Pereira Palha de Faria Guião, Corregedor do Crime do Bairro Alto..... em 1 de Agosto de 1820». (1)

*

Como em anos anteriores, devem contar-se em certo números prisões de natureza política, das quais se encontra melhor rastro desde a publicação do decreto de 15 de Agosto de 1828, que criou uma Comissão especial para julgar os crimes contra o monarca e contra segurança do Estado, pois na anotação de alguns presos se encontra indicação de que êles o foram à ordem da dita Comissão (2).

De entre outros, citarei o de Gilberto António Rôla, professor de primeiras letras, casado com Maria Rosa, filho de Feliciano António Rôla e Ana Joaquina, natural de Lisboa, de 26 anos, morador no Largo da Trindade, o qual foi remetido da Tôrre de S. Julião da Barra para a cadeia de Belém em 11 de Maio de 1829, à ordem do Juiz Relator da Comissão criada pelo decreto de 15 de Agosto de 1828, sendo sôlto em 27 de Junho seguinte, por Acórdão da Re-

(1) — No rol das desobrigas da Ajuda do ano de 1758, confessaram-se na casa do Conde de Rezende, além do conde e da condessa, mais 36 pessoas.: pessoas de familia, capelão, criadas e criados.

(2) — È do seguinte teor o decreto de 15 de Agosto de 1828: «Por justos motivos que me foram presentes: sou servido criar na Casa da Suplicação uma Comissão para julgar todos os crimes cometidos contra a Minha Real Pessoa, e contra a segurança do Estado, que na mesma Casa da Suplicação devam ser julgados, da qual será Juiz Relator o Desembar-

lação, em virtude de ser julgada improcedente a acusação que lhe fôra feita (1).

Com Gilberto Rôla foi também de S. Julião para Belém o Dr. Francisco Diogo de Magalhães Araújo e Costa, Advogado da Casa da Suplicação, filho de Manuel Luiz Pereira de Magalhães e de Luísa Maria de Araújo e Costa, de 33 anos, natural do Ponte da Barca e morador na Rua do Príncipe n.º 34, F.

Em Belém estiveram ainda como presos políticos o capitão de cavalaria Bernardo Godinho Cabral de Sá, filho de Luiz Godinho Gonçalves Cabral de Araújo Azevedo, natural das Pias, comarca de Tomar, em Agosto de 1830; o padre Domingos Gonçalves Veloso, capelão da Irmandade de S. Cristóvão, de Lisboa, natural de Alvaçãis do Corgo, termo de Vila Real, em Dezembro de 1831; Marcelino José Alves Mecamboa, bacharel formado em canones e advogado da Casa da Suplicação, em 10 de Maio de 1832 — êstes dois no *segrêdo*, donde passaram à Tôrre de S. Julião — e o padre José Maria de Faria, benificiado da Igreja de Santa Maria de Sintra, natural de Estremoz, em Março de 1832.

---

gador Bernadino António do Soveral Tavares, e Juízes adjuntos os Desembargadores José de Ornelas da Fonseca Nápoles e Silva, José Joaquim Carneiro de Carvalho, Bento José de Macedo de Araújo e Castro, Francisco de Castro Henriques, José Pereira Palha de Faria, António de Sá Lopes, Francisco Roberto da Silva Ferrão de Carvalho Martens, Francisco Xavier Borges Pereira Ferraz e António José Maia, os quais entrarão em número competente segundo a Lei pela ordem pela qual aqui são nomeados, e pela mesma ordem também no caso de impedimentos ou empates— Palácio de Nossa Senhora das Necessidades em 15 de Agosto de 1828— Com a rubrica de S. M. El-Rei Nosso Senhor»—«*El-Rei Nosso Senhor*» era então D. Miguel, o qual, tendo convocado côrtes à moda antiga em Março de 1828 — clero, nobreza e povo — e tendo elas decidido que o trono lhe pertencia, se proclamou rei absoluto.

(1) — Calculo que se tratará do pai do general Gilberto Rôla, que foi um dos precursores da propaganda republicana no país e tem, não sei se só por êsse motivo, o seu nome na esquina de uma rua de Lisboa, em Alcântara, com a simples indicação de «*Artilheiro*».

*

Muito diferentes do que são desde há muito, os velhos registos de presos entrados nas cadeias, não deixa de ter certo interêsse o percorrerem-se alguns antigos livros, porque nêles se colhem elementos aproveitáveis para certos aspectos e estudos da vida da época, como por exemplo no que se refere ao vestuário e a certas profissões, bem como à anotação de alcunhas e outras referências.

Seguem, por isso, alguns exemplos:

Profissões: — Pescador; môço da casa real; soldado; marítimo; criado de servir; criado de farda; mendicante; jardineiro do Real Jardim Botânico da Ajuda; cómicos e cómicas do teatro da Bôa-Hora; dançarinos; môços de barrête branco da Real Ouxaria e da Real Cozinha; cabaseiro que vende peixe; aulista da Real Academia de Marinha; môço de pedir; môço de pau e corda; môço de saco; môço de fretes; môço de servir; contratador de bêstas menores; almocreve; aguadeiro; — José Camilo, fiel dos reais arreios (sic)! —môço da real cozinha; homem de ganhar; marujo; pilôto; marinheiro; chanfaneiro; caixeiro de Casa do Povo; môço dos 30 da Real cocheira; com barraca de comestíveis na feira de Belém; môço dos candieiros de rua; que trata dos passaros da quinta de Belém; môço da cadeirinha do Paço de Queluz; falueiro; môço do cobre da Ouxaria Real; capinha da Praça do Salitre; môço de bilhar; que assa sardinhas na rua da Praia de Belém; mareante de água acima; alviçareiro dos navios; palheireiro das cavalariças Reais; vendilhão de galinhas; cordoeiro; cabeleireiro; fabricante de caixas; que vende dobrada pelas ruas; que vende melaço pelas ruas; que vende vidros pela rua; que vende azeite de peixe pela rua; que vende condeças pela rua; môço do caldeirão das caridades dos presos pela santa casa da Mesericórdia; cabaseiro da costa; que vende fusos e rocas; laranjeiro; que vende sapatos de ourelo pela rua; que anda na pescaria a can-

deio; remador; operários de diversas profissões das reais obras do palácio da Ajuda, etc., etc.

Alcunhas: — O cachucho de Alcântara, o Meleças, o ricaxias, o pepe, o papa-peixinhos, o zabumba, o mulatinho, o palheireiro, o Cascais, o chapim, o balão, o macaco, o galinheiro, o frango, o charola, o cartaxo, o come-lulas, etc., etc.

E, já agora, acrescentarei ainda, a tudo, as seguintes anotações, tiradas do livro que abrange o período de 24 de Outubro de 1779 a 3 de Janeiro de 1787, no qual—6 anos e pouco mais de 2 meses—o número de presos entrados foi de 1234 (pouco mais de 200 por ano).

PROFISSÕES:

Adella	4
Aguadeiro	8
Ajudante de moleiro	2
Almocreve	6
Alcaide	2
Alfaiate	17
Alquilador	1
Alfieiro (?)	1
Aprend. cosinha	1
Aprend. pedreiro	1
Aperchador	1
Arrais	4
Arrieiro	1
Assadeira	1
Azeiteiro	1
Bandejador	1
Barbeiro	15
Boleeiro	2
Botequineira	1
Cabazeiro	7
Cabeleireiro	8
Cabo de ronda	2
Cabouqueiro	2
Cabreiro	10
Caixeiro	48
Calafate	3
Canteiro	7
Capitão de navio	1
Capitão de corveta	1
Capitão corsário	1
Capitão de mar	1
Capitão naval	1
Carpinteiro	21
Carregador	18
Carreiro	5
Carreteiro	7
Carvoeiro	4
Caseiro	5
Catraeiro	1
Cavalariço	20
Cirurgião	3
Clérigo	1
Cocheiro	1
Comerciante	11
Confeiteiro	1
Conteiro	1
Contrabandista	1
Cordoeiro	9
Correio	1
Correeiro	1
Cortador	2
Cosinheiro	7
Costureira	3
A transportar	285

Transporte	285
Criado	114
Discípulo	1
Dizimeiro	1
Embarcadiço	1
Entalhador	2
Escravo	47
Escrivão	3
Escudeiro	1
Espartilheiro	1
Estudante	8
Fabricante	3
Fabr. de fitas	2
Fabr. de mesas	1
Fabr. de velas	1
Falueiro	6
Fazendeiro	2
Feitor	1
Ferrador	8
Ferreiro	6
Ferro-velho	6
Fogueteiro	3
Forneiro	2
Fotógrafo	1
Fragateiro	7
Funileiro	1
Galinheiro	1
Ganhão	14
G. da Alfândega	2
Gravador	1
Grumete	2
Hortaliceiro	1
Hortelão	1
Hospedeira	16
Jardineiro	2
Juiz	2
Laranjeiro	6
Lavadeira	10
Lavrador	13
Lenhador	1
Linheiro	1
Luveiro	1
Marchante	1
Marinheiro	18
Marítimo	61
Marujo	10
Mendicante	4
Mercador	1
Merceeiro	6
Mestre de hiate	1
Mestre de linguas	1
Mestre de meninos	1
Moço de cosinha	1
A transportar	693

Transporte.....	693
Moço de recados	1
Moço de saco	1
Moleiro	29
Negociante	4
Oficial da Vara	6
Oleiro	1
Ourives.	2
Padeiro	24
Padejador	6
Pagem de nau.....	3
Palheireiro	2
Pasteleiro	1
Pedreiro	13
Peixeiro	10
Pescador	5
Pifano militar	1
Piloto	2
Pintor	2
Poçeiro	2
Praticante de cirurgia...	1
Praticante de piloto.....	3
Procurador	2
Proprietário	4
Rapaz.	4
A transportar....	822

Transporte.....	822
Sapateiro.....	51
Sargento reformado.....	1
Segeiro	3
Sem ocupação.....	2
Serrador.....	3
Serralheiro.....	3
Servente	3
Soldado.....	21
Sombreireiro	1
Sota piloto	1
Surrador.....	3
Taberneiro	11
Tanoeiro.....	4
Tecelão.....	2
Tendeiro.....	5
Tenente de mar.	1
Tintureiro.....	1
Tosquiador.....	1
Trabalhador.....	110
Tripeiro	2
Varredor.....	1
Vendedor ambulante....	19
Indeterminadas	163
Total...	1234

IDADES:

Até aos 10 anos.....	1
10 a 20 anos.....	239
21 a 30 anos.....	382
31 a 40 anos...	182
41 a 50 anos.....	140
51 a 60 anos.....	52
61 a 70 anos.....	10
71 a 80 anos.....	2
Mais de 80 anos.....	2
Indeterminados.....	224
TOTAL...	1234

ESTADO CIVIL:

Casados.....	334
Solteiros.....	644
Viúvos	61
Indeterminados	185
TOTAL	1234

NATURALIDADES:

PORTUGAL:

Continente	869	
África	10	
India	4	
Brasil	5	
Ilhas	41	929

Espanha	90
Alemanha	1
Inglaterra	14
Suecia	6
França	2
Italia	1
Indeterminados	191
TOTAL	1234

*

Na cadeia de Belém, como, aliás, em outras, entravam também presos militares, os quais não perdiam por isso a sua qualidade. Tal facto dava lugar, por vezes, a instruções emanadas directamente do quartel general para os carcereiros, como então se chamava aos directores das cadeias, as quais, por assim lhes ser determinado e para não poderem alegar ignorância, eram copiadas nos próprios livros que serviam para os assentos dos presos. Para êste efeito eram elas mandadas, em exemplar provavelmente único, às cadeias da Côrte, do Limoeiro, do Castelo, do Aljube e de Belém, da qual, tomado o devido conhecimento e copiadas, eram devolvidas à origem.

De tais instruções, que começaram a aparecer em 4 de Abril de 1829, sendo a última de 9 de Abril de 1832, só há registos, nos livros da cadeia de Belém, no que abrange

o período de 8 de Setembro de 1827 até ao fim de Dezembro de 1838, data em que a mesma cadeia terminou (1).

Julho de 1941.

Tude M. de Sousa

Director da Colónia Penal Agrícola de Sintra

(1)—Como estas circulares deviam ter passado tôdas pela Cadeia do Limoeiro, serão elas, por completo ou em parte, reproduzidas no trabalho que espero fazer sôbre o Limoeiro—história do edifício e história da prisão—Aqui apenas se anotará que aqueles documentos, cujas datas andam de 4 de Abril de 1829 até 3 de Dezembro de 1832, foram assinados do quartel general na Rua Direita do Paraizo, ou simplesmente Rua do Paraízo, em 4 de Abril, 10 de Novembro e 31 de Dezembro de 1831, e 16 de Outubro e 1 de Novembro de 1832, pelo Visconde de Veiros; em 9 de Abril de 1832, da Rua do Quelhas, e 31 de Dezembro de 1832, da Rua de S. Luiz, pelo Visconde de Peso da Régua.

Cadeia de Belém

(Nota Final)

P. S. — Depois, já, de composto e revistas as provas dêste estudo, encontrei a interessante referência que se segue, no velho livro *The State of the Prisons, by John Howard*, com respeito à Cadeia de Belém: «A Cadeia de Belém (distante cêrca de duas milhas de Lisboa) tem quatro quartos em baixo e vários no pavimento superior, para os que pagam. Esta prisão destina-se a presos de menor responsabilidade criminal do que os mandados para o Limoeiro. Os presos são sustentados por caridade e o carcereiro disse-me que tinha direito a uma gratificação por cada um que saía».

John Howard visitou tôdas as prisões de Inglaterra e do continente europeu nos anos de 1774 a 1786, tendo morrido na Rússia, em campanha, em 1790. Em Portugal foi-lhe permitida a entrada em tôdas as cadeias, excepto nos cárceres da inquisição. Igual excepção lhe foi feita, depois, em Espanha.

T. M .S.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

1941

COMPOSTO E IMPRESSO

NA

CADEIA PENITENCIÁRIA

DE

LISBOA